

LETRAMENTO DIGITAL E AUTONOMIA SOCIOECONÔMICA DE PESCADORAS ARTESANAIS: UMA ANÁLISE DAS OFICINAS DE LETRAMENTO DIGITAL DO PROJETO PESCARTE EM CAMPOS DOS GOYTACAZES¹

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.064-020>

Priscila Lucas de Oliveira Castro

Mestra em Cognição e Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e bacharel em Jornalismo pelo Centro Universitário Fluminense (UNIFLU)

Professora do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Fluminense (UNIFLU)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5191103224533746>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3895-8604>

Eliana Crispim França Luquetti

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e docente do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2886-2724>

Shirlena Campos de Souza Amaral

Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e docente do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0178-4970>

Resumo

O artigo analisa o papel do letramento digital na autonomia socioeconômica de pescadoras artesanais vinculadas ao Projeto Pescarte, programa de educação ambiental decorrente do licenciamento ambiental federal da indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos, no estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem qualitativa e quantitativa. O objetivo é examinar como as Oficinas de Letramento Digital do projeto contribuem para o protagonismo social e o fortalecimento da identidade das pescadoras de Campos dos Goytacazes. A pesquisa reuniu revisão bibliográfica, análise documental dos relatórios das oficinas realizadas entre 2021 e 2023 e entrevistas semiestruturadas com cinco pescadoras participantes, moradoras de Farol de São Tomé e da Barra do Furado. Os resultados mostram que o uso do celular, do Pix, das redes sociais e de aplicativos de serviços públicos ampliou as possibilidades de venda direta, de organização financeira e de acesso a benefícios sociais, com menor dependência de atravessadores. As entrevistas também apontam barreiras que permanecem, como o custo do deslocamento,

¹ Artigo derivado da dissertação *Pescadoras navegando por ondas digitais no Pescarte: o letramento digital como processo socioeconômico e cultural* (Castro, 2025), orientada pela Profa. Dra. Eliana Crispim França Luquetti e coorientada pela Profa. Dra. Shirlena Campos de Souza Amaral.

dos aparelhos e da internet, a falta de formação continuada e a pouca visibilidade do trabalho feminino na pesca. O estudo conclui que, nesse contexto, o letramento digital vai além do uso técnico dos aparelhos e se torna parte de um processo de transformação social e de afirmação das mulheres pescadoras, o que depende de políticas públicas de inclusão digital e de reconhecimento formal desse trabalho.

Palavras-chave: Educação ambiental; Gênero; Letramento digital; Pescadoras artesanais; Projeto Pescarte.

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Pescarte é um programa de educação ambiental vinculado ao licenciamento ambiental federal da indústria de petróleo e gás, desenvolvido em parceria entre a Petrobras e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), sob supervisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como medida de mitigação de impactos sobre comunidades pesqueiras da Bacia de Campos (Pescarte, 2018). Estruturado em fases sucessivas de mobilização, organização, planejamento e implementação de projetos de geração de trabalho e renda, o programa abrange dez municípios do Norte Fluminense e da Baixada Litorânea do Rio de Janeiro, com metodologia pedagógica de inspiração freiriana e dialógica (Pescarte, 2018).

Entre as ações do Pescarte estão as Oficinas de Letramento Digital, voltadas a pescadores e pescadoras artesanais e a seus familiares. O foco nas mulheres se justifica porque a atividade pesqueira é, historicamente, associada ao universo masculino, enquanto o trabalho das mulheres, sobretudo na figura da marisqueira, dedicada ao beneficiamento do pescado e a atividades correlatas, permanece social e economicamente invisibilizado (Machado, 2009). Essa invisibilização se agrava diante da distância entre a realidade do trabalho pesqueiro feminino e os instrumentos de reconhecimento formal, como o Registro Geral da Pesca (Brasil, 2009), que historicamente não contemplou de modo pleno as etapas de pré e pós-captura, exercidas em sua maioria por mulheres.

O letramento digital pode ampliar a participação social e econômica dessas mulheres. Entendido aqui como conjunto de práticas sociais que mobilizam múltiplas linguagens, suportes e finalidades, e não só como domínio técnico da leitura e da escrita em telas (Ribeiro *et al.*, 2008), ele permite formular a pergunta que orienta este estudo: de que forma as Oficinas de Letramento Digital do Projeto Pescarte favorecem o protagonismo social e a valorização da identidade cultural das pescadoras artesanais de Campos dos Goytacazes?

O objetivo geral deste artigo é examinar de que forma as oficinas de letramento digital contribuem para o protagonismo social e o fortalecimento identitário das pescadoras artesanais vinculadas ao Projeto Pescarte. De modo específico, busca-se: a) situar o letramento digital no quadro mais amplo dos processos educacionais formais, não formais e informais que atravessam a pesca artesanal; b) articular os conceitos

de tecnologias da informação e comunicação, letramento e letramento digital; e c) descrever o percurso metodológico do Projeto Pescarte e discutir os achados obtidos junto às pescadoras participantes das oficinas.

Trata-se de um estudo de caso, com abordagem qualitativa e quantitativa, que combina revisão bibliográfica, pesquisa documental e trabalho de campo. A etapa de campo consistiu em entrevistas semiestruturadas com pescadoras participantes das Oficinas de Letramento Digital promovidas pelo Projeto Pescarte em Campos dos Goytacazes, município que concentrou o maior número de participantes mulheres entre 2021 e 2023. Os procedimentos estão detalhados na seção 4.

Além desta introdução, o artigo tem mais cinco seções. A seção 2 situa a pesca artesanal entre os processos educacionais formais, não formais e informais, a educação do campo, a educação ambiental e as questões de gênero e saúde do trabalho pesqueiro. A seção 3 reúne os conceitos de tecnologias da informação e comunicação, letramento e letramento digital que sustentam a análise das oficinas. A seção 4 descreve o Projeto Pescarte, as oficinas e os procedimentos metodológicos, e a seção 5 apresenta e discute os resultados das entrevistas. Por fim, a conclusão retoma os principais achados e aponta desdobramentos para políticas públicas de inclusão digital no setor pesqueiro.

2 EDUCAÇÃO, TRABALHO E GÊNERO NA PESCA ARTESANAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Os debates sobre educação frequentemente se organizam a partir da distinção entre processos formais, não formais e informais, categorização que remonta aos estudos pioneiros de Coombs, Prosser e Manzoor (1973), para quem a educação constitui processo contínuo ao longo de toda a vida, não restrito à escolarização. La Belle (1976) propôs um modelo de círculos concêntricos para representar a interpenetração entre essas três modalidades, ideia posteriormente retomada e problematizada por autores brasileiros. Libâneo (2005) situa a educação como fenômeno social universal, atribuindo à escola o papel de mediadora do pensamento crítico, e propõe como critério distintivo a intencionalidade: a educação formal seria planejada e sistemática; a não formal, intencional, porém menos estruturada; e a informal, não intencional e não planejada, difusa no convívio social. Gadotti (2005) reforça essa distinção ao afirmar que a educação formal possui objetivos e metodologias claramente definidos, ao passo que a não formal, embora menos burocratizada, não deixa de ser intencional, o que a diferencia da informalidade pura. Já Gohn (2005, 2006) associa a educação não formal à formação para a cidadania e à democratização do conhecimento, voltada para o ser humano como um todo e vinculada ao associativismo e à participação em estruturas colegiadas.

Autores como Brandão (1985) e Gandin (1995) reforçam que a educação não se restringe ao espaço escolar: para Brandão (1985), ela existe por toda parte, como resultado da ação de todo o meio sociocultural,

enquanto Gandin (1995) situa a escolarização formal sobre três pilares, a saber, a formação humana, o desenvolvimento científico e o domínio técnico. No que se refere à disciplina e à convivência escolar, Tiba (1998) observa que a escola tem progressivamente absorvido papéis outrora atribuídos à família, sobretudo diante da ausência de limites ensinados no ambiente doméstico. Essa variedade de arranjos educativos ajuda a compreender as comunidades pesqueiras artesanais, onde o saber-fazer da pesca (as técnicas de captura, o conhecimento das marés e dos cardumes, o preparo do pescado) se aprende sobretudo no convívio familiar e comunitário, por vias não formais e informais, e não na escola.

A educação do campo acrescenta a essa discussão uma dimensão territorial e política. Arroyo, Caldart e Molina (2004) denunciam a histórica hierarquização entre escola urbana e escola rural, ao mostrar que as populações do campo, entre as quais se inserem as comunidades pesqueiras artesanais, foram, ao longo do tempo, atendidas por políticas educacionais menos investidas e menos adequadas às suas especificidades socioculturais. Molina (2006) argumenta que a superação dessa desigualdade exige a ressignificação dos saberes, em via de mão dupla, incorporando conhecimentos não acadêmicos ao processo formativo, de modo que a escola do campo contribua para formar sujeitos comprometidos com a justiça social. Nessa mesma direção, Caldart (2004) defende a construção de um projeto político-pedagógico próprio para a Educação do Campo, capaz de romper com paradigmas hegemônicos e de reconhecer os sujeitos do campo como protagonistas de sua própria formação. Degrande (2020) e Degrande e Torres (2022) descrevem, por sua vez, a sobrecarga enfrentada por professores do campo diante de políticas educacionais padronizadas, que nem sempre dialogam com a realidade de comunidades tradicionais, como as pesqueiras.

A esse quadro soma-se a educação ambiental, dimensão estruturante do Projeto Pescarte. Reigota (1991) alerta que as questões ambientais não podem ser reduzidas a aspectos exclusivamente biológicos, tampouco unicamente sociais ou econômicos, exigindo abordagens integradas. Loureiro (2005) associa a educação ambiental à promoção da sustentabilidade, da justiça social e da preservação da vida, ao passo que Layrargues (2012) chama atenção para o papel dos meios de comunicação na reprodução, ou na transformação, de valores relativos ao ambiente. Deperon (2004) reforça a necessidade de um sentido de pertencimento que aproxime sociedade e natureza, enquanto Barbosa (2017) situa a pedagogia social sobre três pilares, quais sejam, a dimensão social, a educação emancipatória e a ação empoderadora, e Bruno (2014) destaca que os espaços educativos são sempre marcados por nacionalidade, localidade, gênero e etnia, dimensões inseparáveis da experiência das pescadoras artesanais. Osinski (2002), por fim, aponta a família como instituição de educação informal, em contraste com a escola, mediadora da educação formal, distinção que pesa em comunidades onde o ofício da pesca se aprende, antes de tudo, em casa.

Também é preciso situar historicamente a própria pesca artesanal, que no Brasil passou por um longo processo de regulação estatal, cujos marcos incluem o Decreto-Lei nº 221, de 1967 (Brasil, 1967),

que dispôs sobre a proteção e os estímulos à atividade pesqueira, e sucessivas políticas de fomento e assistência técnica ao longo das décadas seguintes (Hellebrandt; Abdallah; Hellebrandt, 2012). Diegues (1983) caracteriza a pesca artesanal como atividade organizada em torno de unidades familiares e de vizinhança, voltada primordialmente à subsistência e não à acumulação de capital, empregando tecnologia de pequena escala e baixo poder predatório. Oliveira e Silva (2012) complementam essa caracterização ao observar que o uso de equipamentos rudimentares limita o raio de atuação dos pescadores artesanais às águas costeiras, o que estabelece, na prática, uma relação implicitamente conservacionista com os ecossistemas marinhos, em contraste com a industrialização pesqueira que se consolidou no país a partir do Código de Pesca de 1967.

No caso das mulheres, sejam pescadoras, marisqueiras ou mariscadeiras, o trabalho continua marcado pela precariedade e pela invisibilidade. Nascimento (2022) descreve, a partir de revisão integrativa da literatura, os ambientes de trabalho das marisqueiras (manguezais, bancos de areia, quintais), as exigências físicas da atividade, a dupla jornada e a exposição a situações de violência de gênero. Mendes e Dias (1991) discutem a passagem histórica da medicina do trabalho para a saúde do trabalhador, marco conceitual retomado por Pena, Freitas e Cardim (2011) em estudo de caso sobre lesões por esforços repetitivos entre mariscadeiras da Ilha de Maré, na Bahia, e por Rêgo *et al.* (2018), que discutem a vigilância em saúde do trabalhador da pesca artesanal na Baía de Todos os Santos, e descrevem a passagem da invisibilidade à proposição de políticas públicas voltadas ao Sistema Único de Saúde. Mota (2021), em dissertação dedicada aos significados de saúde entre pescadoras artesanais brasileiras, amplia esse debate para as dimensões subjetivas do adoecimento e para as lacunas de cobertura previdenciária e assistencial. Na escala regional, Mesquita (2021) traça o perfil da pesca artesanal na Bacia de Campos, e Torres (2016), em pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF, discute o adoecimento e a mortalidade de pescadores artesanais na mesma bacia. Lopes, Freitas e Begossi (2020) sintetizam esse quadro ao apontarem que as políticas pesqueiras brasileiras seguem falhando em integrar, de modo consistente, as dimensões sociais e de saúde do trabalho pesqueiro feminino.

As relações de gênero estão no centro dessa questão. Leitão (2013) discute a relação entre gênero, pesca e cidadania, mostrando os obstáculos enfrentados pelas mulheres para o acesso pleno a políticas públicas voltadas ao setor. Leitão e Veras (2011), em estudo sobre o cotidiano de mulheres pescadoras em Pernambuco, descrevem o que denominam *labor da maré*, expressão que sintetiza a articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo exercido por essas mulheres. Amaral e Neto (2021) e Amaral, Neto, Neto e Manhães (2021) documentam, em artigos publicados em periódico científico internacional, a luta das mulheres pescadoras por reconhecimento e o difícil acesso às políticas públicas, e expõem a invisibilidade histórica do trabalho produtivo feminino na cadeia do pescado. Manesky (2000), por sua vez, descreve os múltiplos papéis exercidos pelas mulheres na construção de uma pesca responsável, papéis que ultrapassam

o beneficiamento do pescado e incluem o conserto de redes e linhas, a atuação como tripulantes e a diversificação da renda familiar por meio do artesanato. Raimundo e Gehlen (2008) questionam diretamente a suposição de que a pesca seria atividade exclusivamente masculina e apontam a multiplicidade de funções femininas historicamente subestimadas nas estatísticas oficiais do setor.

Essa invisibilização pode ser lida à luz do quadro decolonial proposto por Quijano (2005), para quem a colonialidade do poder articula o controle do trabalho em torno do capital e do mercado mundial, estruturando hierarquias que ultrapassam o fim formal do colonialismo político. Lugones (2008) acrescenta a esse quadro a noção de colonialidade de gênero, segundo a qual a modernidade europeia impôs subjetividades racializadas e generificadas, distinguindo uma feminilidade branca, associada à domesticidade, de mulheres racializadas, cujos corpos foram historicamente disponibilizados para o trabalho pesado. Para a autora, a colonialidade de gênero não pode ser dissociada das colonialidades de raça e de classe. Juntas, essas perspectivas ajudam a explicar por que o trabalho das pescadoras artesanais segue, ainda hoje, marginalizado nas políticas pesqueiras e nos registros formais da atividade, a exemplo do próprio Registro Geral da Pesca (Brasil, 2009), historicamente pouco sensível às etapas de trabalho predominantemente femininas.

3 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E LETRAMENTO DIGITAL: CONCEITOS E ARTICULAÇÕES

As transformações associadas às tecnologias da informação e comunicação (TICs) remontam, segundo Castells (1999), a um processo histórico de sucessivas macroinvenções, capazes de engendrar cadeias de microinvenções que redefinem as bases materiais da sociedade, processo que teria seu ápice na revolução informacional do final do século XX. Corrêa (2016) discute como as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) repercutem inclusive sobre campos disciplinares tradicionalmente distantes da informática, como a Arquivologia, reconfigurando noções como a de territorialidade da informação. Lévy (1993, 2010) descreve esse movimento a partir da noção de ciberespaço e de cibercultura, compreendida como o conjunto de técnicas materiais e intelectuais, práticas, atitudes, modos de pensamento e valores que se desenvolvem conjuntamente ao crescimento do ciberespaço. Lemos e Lévy (2014) aprofundam essa definição ao caracterizar a cibercultura como o conjunto tecnocultural resultante do encontro entre a sociabilidade pós-moderna, a microinformática e as redes telemáticas globais, com repercussões diretas sobre as formas de trabalho, lazer e sociabilidade contemporâneas.

Essas transformações chegam de forma desigual a diferentes grupos e territórios, conforme o acesso à infraestrutura, aos dispositivos e a processos de formação para o uso crítico das tecnologias. É aí que as TICs se ligam ao debate sobre letramento e, em especial, sobre letramento digital, tema central para

compreender o alcance e os limites das Oficinas de Letramento Digital promovidas pelo Projeto Pescarte junto às pescadoras artesanais de Campos dos Goytacazes.

A distinção entre alfabetização e letramento constitui um dos debates mais consolidados da lingüística aplicada brasileira. Soares (1998a, 1998b, 2002) diferencia a alfabetização, processo individual e técnico de aquisição do sistema de escrita, do letramento, compreendido como fenômeno social e histórico, relativo aos usos e às práticas sociais da leitura e da escrita em um dado contexto cultural. Kleiman (1995, 1998) converge com essa perspectiva ao definir o letramento como conjunto de práticas sociais que usam a escrita, ressaltando que tais práticas variam conforme os contextos institucionais em que se inserem, como a escola, o trabalho e a vida comunitária. Tfouni (1988, 1995) figura entre as primeiras autoras brasileiras a distinguir conceitualmente letramento de alfabetização, situando a alfabetização no plano individual e o letramento no plano sócio-histórico, o que permite compreender por que sujeitos não alfabetizados podem, ainda assim, participar, em graus variados, de práticas letradas mediadas pela oralidade e pela convivência social.

Goulart (2014) situa a expansão dos estudos sobre letramento a partir de meados da década de 1980, período em que o conceito ganha centralidade nos debates sobre alfabetização e inclusão social no Brasil. Tavares (2004) argumenta que o sujeito letrado desenvolve habilidades de interpretação e de comparação que ultrapassam a mera decodificação de sinais gráficos, e Mortatti (2004) discute a centralidade da escrita em sociedades marcadas pela cultura grafocêntrica. Transpostas para o universo digital, essas discussões adquirem contornos particulares: mulheres como as pescadoras entrevistadas nesta pesquisa podem apropriar-se de práticas letradas mediadas por dispositivos digitais, como aplicativos de pagamento, redes sociais e mensageria instantânea, mesmo quando sua relação com a escrita formal escolar é limitada, o que reforça a ideia de pensar o letramento digital como fenômeno social próprio, que não se reduz ao letramento alfabético tradicional.

O letramento digital, especificamente, é definido por diferentes autores a partir de eixos complementares. Aquino (2005) argumenta que a apropriação crítica de ambientes digitais de aprendizagem exige a construção de sentido a partir de hipertextos e de textos multimodais, bem como a capacidade de avaliar criticamente a informação disponibilizada em rede. Buzato (2006) descreve os letramentos digitais como construção social coletiva, instável e em permanente transformação, o que os distingue de habilidades técnicas fixas e mensuráveis de uma vez por todas. Ribeiro (2009) e Ribeiro *et al.* (2008) discutem o letramento digital a partir de gêneros textuais efêmeros e da leitura de jornais digitais, e mostram a pluralidade de suportes e práticas que caracterizam essa modalidade de letramento. Ribeiro e Freitas (2011) alertam, por sua vez, que a falta de domínio da linguagem digital constitui uma nova forma de exclusão, a exclusão digital, e Coscarelli (2007) e Coscarelli e Ribeiro (2005) reforçam que a incapacidade da escola de integrar a informática ao processo pedagógico aprofunda a exclusão das classes populares, restringindo

sua participação no mercado de trabalho e no exercício da cidadania. Pereira e Ribeiro (2014) sintetizam esse debate ao afirmarem que o processo educativo contemporâneo não pode prescindir do diálogo com os avanços tecnológicos.

Para as pescadoras artesanais de Campos dos Goytacazes, o letramento digital vai além, portanto, do manejo técnico de smartphones e computadores. Ele se liga à negociação comercial direta, à organização financeira doméstica, ao acesso a benefícios sociais e à participação em redes de apoio e de representação, aspectos discutidos nas seções seguintes, a partir da descrição do Projeto Pescarte e dos relatos das pescadoras entrevistadas.

4 METODOLOGIA

4.1 CONTEXTO DA PESQUISA: O PROJETO PESCARTE E AS OFICINAS DE LETRAMENTO DIGITAL

O Projeto Pescarte constitui medida de mitigação socioambiental decorrente do licenciamento ambiental federal de empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Campos, executado em parceria entre a Petrobras e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), sob supervisão do IBAMA (Pescarte, 2018). Sua atuação abrange dez municípios do estado do Rio de Janeiro, distribuídos entre o Norte Fluminense (Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana) e a Baixada Litorânea (Rio das Ostras, Armação dos Búzios, Cabo Frio e Arraial do Cabo), e organiza-se em fases sucessivas: uma primeira fase, de 2014 a 2016, voltada à mobilização e à organização dos Sujeitos da Ação Educativa (SAE); uma segunda fase, de 2017 a 2019, dedicada à seleção e ao planejamento dos Projetos de Geração de Trabalho e Renda (PGTR); uma terceira fase, iniciada em 2021, voltada à implementação desses projetos e ao início das atividades produtivas; e fases subsequentes destinadas ao desenvolvimento de competências sociodemocráticas e administrativas e à consolidação organizacional das comunidades atendidas (Pescarte, 2018). A metodologia pedagógica do programa é orientada por pressupostos dialógicos de matriz freiriana, o que aproxima o Pescarte das discussões sobre educação não formal e popular apresentadas na seção 2.

Entre as ações do programa, destacam-se as Oficinas de Letramento Digital, implementadas em três módulos sucessivos: o Módulo A, realizado remotamente em 2021 sob o título *Letramento Digital em Tempos de Pandemia*, voltado à configuração de ferramentas de videoconferência, à criação de contas de e-mail e ao compartilhamento de documentos; o Módulo B, realizado presencialmente em 2022 sob o título *Letramento Digital Básico*, com uso de tablets e computadores, criação de contas de e-mail e de redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube) e noções elementares de pacotes de escritório; e o Módulo C, em 2023, denominado *Letramento Digital Intermediário*, que retomou os módulos anteriores e avançou para a discussão sobre desinformação (*fake news*) e para a criação de perfis em redes como Facebook, Instagram,

X (antigo Twitter), Pinterest e TikTok. Entre 2021 e 2023, Campos dos Goytacazes registrou o maior número de participantes mulheres entre os três municípios atendidos pelas oficinas, com 41 mulheres, ante 34 em São Francisco de Itabapoana e 29 em São João da Barra, o que justificou a escolha desse município como recorte empírico da pesquisa de campo (Castro, 2025).

4.2 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa combinou abordagem qualitativa e quantitativa, associando pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo (Gil, 2002; Pádua, 1997). A pesquisa documental baseou-se nos relatórios de execução das Oficinas de Letramento Digital promovidas pelo Pescarte entre 2021 e 2023 nos três municípios mencionados (Pescarte, 2021-2023), o que permitiu mapear o número de participantes por módulo, ano e gênero, e confirmou a maior adesão feminina em Campos dos Goytacazes. A partir desse mapeamento, foram selecionadas cinco pescadoras artesanais residentes no distrito de Farol de São Tomé e na Barra do Furado, todas participantes efetivas das oficinas: Helena (53 anos), Andrea (44 anos), Marcia (47 anos), Maria (35 anos) e Silvia (39 anos), identificadas por nomes fictícios para preservação de sua identidade. O contato inicial envolveu quarenta e uma ligações telefônicas, das quais dezesseis mulheres atenderam e oito concordaram em participar da pesquisa, tendo cinco efetivamente comparecido às entrevistas, realizadas ao longo de quatro visitas ao distrito de Farol de São Tomé, em encontros de forte dimensão etnográfica, realizados em salas de estar, em quintais onde grupos de mulheres descascam camarão para intermediários e em refeições compartilhadas entre as entrevistadas.

As entrevistas seguiram roteiro semiestruturado, abordando a trajetória familiar na pesca, a entrada de cada mulher na atividade pesqueira, a relação entre trabalho pesqueiro e renda familiar, as percepções sobre a condição de ser mulher pescadora e, centralmente, a participação nas Oficinas de Letramento Digital e os usos concretos que fazem das tecnologias digitais no cotidiano.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas mostram trajetórias diversas de entrada na pesca artesanal (Castro, 2025). Helena relata ascendência pesqueira em toda a família, com irmão, pai e marido pescadores, e conta ter iniciado a atividade há cerca de quinze anos, após o divórcio, diante da escassez de outras oportunidades de trabalho em uma localidade onde, segundo sua percepção, a pesca vem diminuindo de forma acentuada e perdendo espaço para a rede hoteleira e para as plataformas de petróleo. Andrea também afirma pertencer a uma família inteiramente formada por pescadores e recorda ter aprendido a técnica de limpeza do pescado ainda criança, ao lado da mãe. Marcia, por outro lado, declara não ter herdado a atividade de gerações anteriores; conforme relata, foi a mãe quem passou a pescar por intermédio dela, e o seu próprio trabalho com o

guaiaum começou ao lado da irmã. Maria se apresenta como a primeira pessoa de sua família a trabalhar com a pesca, atividade da qual se aproximou por meio de amizades da igreja cujas famílias eram pescadoras.

No que se refere à renda, as entrevistadas descrevem um quadro de defasagem e insuficiência. Maria avalia que a atividade pesqueira já não garante dinheiro suficiente, encontra-se defasada e caminha para o esgotamento, associando essa queda ao escoamento do pescado *in natura* para fora da região e à progressiva extinção do trabalho de fundo de quintal. Silvia e Helena mencionam a centralidade de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, o cartão Goytaca e o cheque cidadão, como complemento indispensável à renda obtida com a pesca do guaiaum e de outros mariscos, sobretudo diante da ausência desses programas em períodos anteriores (Castro, 2025).

Quanto à condição de ser mulher no ofício pesqueiro, as respostas trazem, ao mesmo tempo, orgulho e crítica. Helena qualifica a experiência como sensacional, ainda que reconheça a persistência de preconceito. Marcia é mais incisiva ao afirmar que ser mulher nesse meio é algo bastante complexo, pois a mulher continua muito invisibilizada: é ela quem realiza o trabalho, mas o reconhecimento recai sobre o homem (Castro, 2025). Esse depoimento confirma o que descreve a literatura sobre a invisibilização do trabalho produtivo feminino, discutida na seção 2 (Amaral; Neto, 2021; Amaral; Neto; Neto; Manhães, 2021). Maria sintetiza a sobrecarga da dupla e tripla jornada ao definir a mulher pescadora como guerreira, justamente por trabalhar fora e em casa e por desempenhar, ao mesmo tempo, funções que ela associa às de mãe, médica e professora (Castro, 2025).

Sobre a participação nas oficinas, as entrevistadas relatam experiências distintas de apropriação tecnológica (Castro, 2025). Maria considera importante ter participado, pois já possuía um notebook e pôde, nas oficinas, relembrar conteúdos e aprender outros. Silvia relata ter ingressado por indicação de uma amiga e mantém participação continuada há três anos. Helena aponta como principal barreira o custo do deslocamento até Campos dos Goytacazes para participar das atividades presenciais. Entre os aprendizados relatados, destacam-se o uso do Pix, que Helena avalia de modo muito positivo por ter dispensado a necessidade de sair de casa para realizar pagamentos; o uso de aplicativos de mensageria e de redes sociais por Andrea, que compara as redes a uma nova forma de jornalismo e a uma espécie de fofoqueiro moderno; e o uso do telefone para acesso a serviços públicos, como o cadastramento no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), mencionado por Maria. Marcia relata a necessidade de gerenciar constantemente o armazenamento do aparelho celular diante da quantidade de aplicativos utilizados no cotidiano, entre os quais jogos, aplicativos bancários, Bolsa Família, Caixa Tem, FGTS, Título Eleitoral, Mercado Pago, Shopee, Uber e Pix.

Esses relatos permitem afirmar que, antes da participação nas oficinas, as entrevistadas não dominavam o uso de tecnologias digitais para fins de gestão administrativa e financeira, como pagamentos via Pix, acesso a informações sobre benefícios sociais e comercialização direta ao consumidor. A

apropriação dessas tecnologias, promovida pelas Oficinas de Letramento Digital, amplia as possibilidades de autonomia econômica das pescadoras, ao reduzir sua dependência de intermediários (atravessadores) na comercialização do pescado e ao facilitar sua inserção em redes de apoio e em espaços de participação comunitária, como conselhos e coletivos locais. Persistem, contudo, desafios relativos à infraestrutura tecnológica disponível, ao custo de dispositivos e de acesso à internet e à necessidade de capacitação continuada, os quais reforçam a urgência de políticas públicas de inclusão digital voltadas especificamente ao setor pesqueiro artesanal.

6 CONCLUSÃO

A análise mostra que, para as pescadoras artesanais vinculadas ao Projeto Pescarte, o letramento digital não se resume à competência técnica de manusear aparelhos. Trata-se de um processo socioeconômico e cultural, ligado às diferentes formas de educação, formais, não formais e informais, que fazem parte da história da pesca artesanal, e às questões de gênero, saúde do trabalho e reconhecimento social que marcam a trajetória das mulheres pescadoras no Brasil.

A discussão teórica da seção 2 mostrou que a educação nas comunidades pesqueiras artesanais combina saberes escolares, práticas não formais promovidas por programas como o Pescarte e a transmissão informal de conhecimentos na família e na comunidade (Libâneo, 2005; Gohn, 2005, 2006; Coombs; Prosser; Manzoor, 1973). A marginalização histórica da educação do campo (Arroyo; Caldart; Molina, 2004; Molina, 2006) e a precariedade das condições de trabalho e saúde das pescadoras (Nascimento, 2022; Mota, 2021; Pena; Freitas; Cardim, 2011) formam a base sobre a qual a proposta de letramento digital atua, base marcada também pelas colonialidades de gênero, raça e classe discutidas por Quijano (2005) e Lugones (2008).

Na seção 3, o letramento digital foi situado no debate sobre alfabetização, letramento e tecnologias da informação e comunicação. Esse debate permite entender que pescadoras com relação limitada à escrita escolar, como parte das entrevistadas, participam de práticas letradas, já que o letramento é um fenômeno social, e não apenas técnico (Soares, 1998a, 1998b, 2002; Tfouni, 1988, 1995; Kleiman, 1995, 1998). Nesse contexto, a exclusão digital (Ribeiro; Freitas, 2011) aparece como mais uma desigualdade, somada às que já existem no acesso a direitos e a políticas públicas.

Os resultados apresentados na seção 5, a partir das entrevistas com cinco pescadoras de Campos dos Goytacazes, mostram de forma concreta como o uso do Pix, das redes sociais e dos aplicativos de benefícios sociais amplia a autonomia econômica e a inserção social dessas mulheres. Ao mesmo tempo, revelam barreiras que persistem: o acesso à internet, o custo dos aparelhos e a falta de formação continuada. Para além dos dados de participação nas oficinas, os depoimentos de Helena, Andrea, Marcia, Maria e Silvia trazem a dimensão subjetiva e identitária desse processo: o enfrentamento do preconceito, o

reconhecimento do próprio trabalho e a reivindicação de protagonismo em um setor historicamente organizado em torno da figura masculina do pescador.

Conclui-se que o letramento digital é um instrumento de transformação social para as pescadoras artesanais do Projeto Pescarte, porque reduz a dependência de atravessadores na venda do pescado, amplia o acesso a direitos e a políticas públicas e fortalece a identidade cultural e profissional dessas mulheres. Essa transformação, porém, não se sustenta sem investimento continuado em conectividade e em formação de médio e longo prazo, nem sem avanços no reconhecimento formal do trabalho pesqueiro feminino, inclusive em instrumentos como o Registro Geral da Pesca (Brasil, 2009), capazes de converter em direitos concretos a autonomia conquistada no cotidiano digital dessas mulheres. Estudos futuros poderão aprofundar a relação entre letramento digital, sustentabilidade ambiental e redes de comercialização solidária no setor pesqueiro artesanal.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S.; NETO, A. Mulheres na pesca e a luta por reconhecimento. **International Scientific Journal**, v. 16, n. 1, art. 12, jan./mar. 2021. ISSN 1679-9844.

AMARAL, S.; NETO, A.; NETO, J.; MANHÃES, K. A mulher na pesca artesanal: um debate sobre o difícil acesso as políticas públicas e a invisibilidade do trabalho produtivo. **International Scientific Journal**, v. 16, n. 3, art. 5, jul./set. 2021. ISSN 1679-9844.

AQUINO, Renata. Usabilidade é chave para aprendizado em EAD. **webAula**, 3 fev. 2005. Disponível em:
<http://web.archive.org/web/20090919062124/http://portal.webaula.com.br:80/noticia.aspx?sm=noticias&codnoticia=417>. Acesso em: 22 out. 2026.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARBOSA, R. C. M. **Fundamentos da Pedagogia Social**. Valinhos: [s. n.], 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm. Acesso em: 4 abr. 2019.

BRASIL. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR). **Registro Geral da Pesca (RGP)**. Brasília, DF: SEAP/PR, 2009.

BRUNO, A. Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. **Mediações**, v. 2, n. 2, p. 10-25, 2014.

BUZATO, Marcelo El Khouri. Letramentos digitais e formação de professores. *In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EDUCAREDE*, 3., 2006, São Paulo. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242229367_Letramentos_Digitais_e_Formacao_de_Professores. Acesso em: 22 out. 2026.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo. *In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (org.). Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. v. 5.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer; Jussara Simões. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

CASTRO, Priscila Lucas de Oliveira. **Pescadoras navegando por ondas digitais no Pescarte: o letramento digital como processo socioeconômico e cultural**. 2025. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2025.

COOMBS, Philip Hall; PROSSER, Roy; MANZOOR, Ahmed. **New paths to learning for rural children and youth**. New York: International Council for Education Development, 1973.

CORRÊA, F. G. **Influências das tecnologias digitais da informação e comunicação na delimitação conceitual e nas repercussões do Princípio da Territorialidade na Arquivologia e na Ciência da Informação**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

COSCARELLI, Carla Viana. Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. *In: COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (org.). Letramento digital: aspectos sociais e práticas pedagógicas*. 2. ed. Belo Horizonte: Ceale: Autêntica, 2007.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. (org.). **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DEGRANDE, Deize Heloiza Silva. **Formação continuada dos professores atuantes na escola do campo**. Presidente Prudente, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193813>. Acesso em: 22 ago. 2024.

DEGRANDE, D.; TORRES, J. Atuação profissional dos professores do campo: educação formal, informal e não formal. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 27, 2022. Fluxo contínuo.

DEPERON, M. L. S. Educação Ambiental, ética e cidadania planetária. *In: HAMMES, V. S. Construção da proposta pedagógica*. São Paulo: Embrapa: Globo, 2004. p. 42-45.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não-formal**. Sion: Institut International des Droits de L'enfant (IDE), 2005. Trabalho apresentado em Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/54500/2/gadotti-educacao-nao-formal.pdf>. Acesso em: 20 out. 2026.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

Gil, Antônio Carlos, 1987. **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil**. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, M. G. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006.

GOULART, Cecília. O conceito de letramento em questão: por uma perspectiva discursiva da alfabetização. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 35-51, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/cPYgcqRbX3pXX38WJS4mnbm/>. Acesso em: 20 out. 2026.

HELLEBRANDT, L. M.; ABDALLAH, P. R.; HELLEBRANDT, D. Avaliação de políticas públicas aplicadas à pesca artesanal no Brasil. *In*: **CONGRESSO BRASILEIRO DE OCEANOGRAFIA**, 2012, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: CBO, 2012.

KLEIMAN, A. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. *In*: KLEIMAN, A. (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61.

KLEIMAN, A. Ação e mudança na sala de aula: uma pesquisa sobre letramento e interação. *In*: ROJO, R. (org.). **Alfabetização e letramento**: perspectivas linguísticas. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 173-203.

LA BELLE, Thomas J. **Non formal education and social change in Latin America**. Los Angeles: UCLA Latin American Center, 1976.

LAYRARGUES, P. P. Para onde vai a Educação Ambiental? O cenário político-ideológico da Educação Ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, n. 14, p. 388-411, ago./dez. 2012.

LEITÃO, M. R. F. A. Gênero, pesca e cidadania. **Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 98-115, 2013.

LEITÃO, M. R.; VERAS, D. B. O labor da maré: gênero, trabalho e cotidiano das mulheres pescadoras em Pernambuco. *In*: **SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS: OLHARES DIVERSOS SOBRE A DIFERENÇA**, 3., 2011, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: [s. n.], 2011.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2014.

LÉVY, Pierre. **Tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2005.

LOPES, P. F. M.; FREITAS, C. T.; BEGOSSI, A. A mulher e a pesca: um olhar sobre a pesquisa e a atuação feminina pesqueira no Brasil. **Ethnoscientia**, v. 5, n. 1, 2020.

LOUREIRO, C. F. B. Abordagens metodológicas em Educação Ambiental. In: ARAÚJO, M. L.; SILVA, M. L. (org.). **Múltiplas falas, saberes e olhares: os Encontros de Educação Ambiental no Estado do Pará**. Belém: SECTAM, 2005. p. 85-103.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, jul. 2008.

MACHADO, Michael Ferreira. **Entre a terra e o mar: o trabalho das mulheres nas comunidades pesqueiras no Brasil**. [S. l.]: Psicologia.pt, 2009. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0530.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MANESKY, M. C. Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 84/85, 2000.

MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, v. 25, p. 341-349, 1991.

MESQUITA, Paulo Sérgio Belchior. Perfil da pesca artesanal na Bacia de Campos/RJ. **GeoPUC: Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 96-114, jan./jun. 2021.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MOTA, E. O. **Significados de saúde e do sistema único de saúde para as mulheres pescadoras artesanais do Brasil**. 2021. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

NASCIMENTO, Alyne Maria da Silva. **A relação trabalho-saúde das marisqueiras na atividade da pesca artesanal: revisão integrativa da literatura**. 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/45856/3/Alyne_Monografia_01.jul.2022.pdf. Acesso em: 21 set. 2024.

OLIVEIRA, O. M. B. A.; SILVA, V. L. O processo de industrialização do setor pesqueiro e a desestruturação da pesca artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967. **Sequência**, n. 65, p. 329-357, dez. 2012.

OSINSKI, Dulce Regina Baggio. **Arte, história e ensino: uma trajetória**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PÁDUA, E. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.

PENA, Paulo Gilvane Lopes; FREITAS, Maria do Carmo Soares; CARDIM, Adryanna. Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de mariscadeiras na Ilha de Maré, Bahia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 8, p. 3383-3392, 2011.

PEREIRA, João Thomaz; RIBEIRO, Ana Elisa. Educação e sociedade da informação. *In*: RIBEIRO, Ana Elisa; COSCARELLI, Carla Viana (org.). **Letramento digital: aspectos sociais e práticas pedagógicas**. 3. ed. Belo Horizonte: Ceale: Autêntica, 2014. p. 13-24.

PESCARTE. **Projeto de Educação Ambiental**: plano de trabalho da 3ª fase. Campos dos Goytacazes: UENF-CCH, 2018.

PESCARTE. **Relatórios de execução das Oficinas de Letramento Digital**: Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra (2021-2023). Campos dos Goytacazes: UENF, 2021-2023. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1qAlKwJb37LnBawAgaFS03xNFfQ_jVh11. Acesso em: 22 out. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, dez. 2005.

RAIMUNDO, Valdenice José; GEHLEN, Vitória. Pesca: atividade exclusivamente masculina? *In*: **SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER**, 8., 2008, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: [s. n.], 2008.

RÊGO, R. F.; MULLER, J. S.; FALCÃO, R. I.; PENA, P. G. L. Vigilância em saúde do trabalhador da pesca artesanal na Baía de Todos os Santos: da invisibilidade à proposição de políticas públicas para o Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 43, supl. 1, 2018.

REIGOTA, M. Fundamentos teóricos para a realização da Educação Ambiental popular. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 10, n. 49, p. 35-40, jan./mar. 1991.

RIBEIRO, A. E. Letramento digital: um tema em gêneros efêmeros. **Revista da ABRALIN**, v. 8, n. 1, p. 15-38, jan./jun. 2009.

RIBEIRO, Ana Elisa Ferreira *et al.* **Navegar lendo, ler navegando**: aspectos do letramento digital e da leitura de jornais. Belo Horizonte: [s. n.], 2008.

RIBEIRO, M. H.; FREITAS, M. T. A. Letramento digital: um desafio contemporâneo para a educação. **Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 59-73, set./dez. 2011.

SOARES, M. Letramento: como definir, como avaliar, como medir. *In*: SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998a. p. 61-125.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998b.

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002.

TAVARES, Susana Lucas. A importância do letramento como prática social. *In*: **SEMINÁRIO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**, 2., 2004, Rio Grande. Anais [...]. Rio Grande: FURG, 2004. Acesso em: 23 nov. 2024.

TFOUNI, L. V. **Adultos não alfabetizados**: o avesso do avesso. Campinas: Pontes, 1988.

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

TIBA, Içami. **Ensinar aprendendo**: como superar os desafios do relacionamento professor-aluno em tempos de globalização. São Paulo: Editora Gente, 1998.

TORRES, Daniele Maria Alves. **Adoecimento e morte dos pescadores artesanais na Bacia de Campos-RJ**. 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2016.